


A importância da implantação da pós-graduação stricto-sensu em comunicação social no estado do Amapá

The importance of strengthening to social communication postgraduate at the state of Amapá
La importancia del fortalecimiento para el posgrado en comunicación social en el estado de Amapá

Walter Teixeira Lima Junior

Doutor em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo (USP-SP). Docente do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Inovação Tecnológica (PIT) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).
walter.lima@unifesp.br.

 0000-0002-9423-3854.

Correspondência: Universidade Federal de São Paulo.
Rua Sena Madureira, 1500, Vila Clementino 04014-001
- São Paulo, SP - Brasil.

Recebido em: 01.12.2019.
Aceito em: 19.12.2019.
Publicado em: 03.01.2020.

RESUMO:

Esse ensaio possui o objetivo levantar pontos para a importância estratégica dos cursos de pós-graduação stricto-sensu, em Comunicação Social, no Estado do Amapá. As percepções partem de processos de observação participante como ex-membro docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e pertencente ao Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, ambos operantes na Universidade Federal do Amapá (Unifap). A reflexão parte, também, da vivência em outros programas de pós-graduação, estes estabelecidos na região Sudeste do país. Portanto, apesar do ensaio estar baseado em dados e documentos, o trabalho é uma reflexão pessoal.

PALAVRAS-CHAVES: Pós-graduação; Comunicação; Amapá; Relevância.

Introdução

O desafio para melhorar a produção e impacto social da pesquisa científica, realizada no Brasil, não se limita a resolver um, dois ou três fatores. Mas, sim, compreender uma série de elementos, que intercalados, criam ambiente complexo de desenvolvimento, num país de dimensão continental e de inúmeras desigualdades, sejam de infraestrutura e/ou sociais. Em comparação aos países com mais tradição na área de pesquisa científica, é premente ao Brasil procurar alternativas para reduzir as inúmeras distâncias, sejam elas geográficas, de acesso ao conhecimento, de fomento e, principalmente, de entendimento que as pesquisas devam estar intrinsecamente conectadas com às necessidades da sociedade brasileira. Ou seja, resolução de problemas que afetam milhões de brasileiros. A forte ligação, entre a ciência produzida e a realidade social, deve ser perseguida de forma constante, pois é a sociedade que, com a arrecadação dos seus impostos, financia o aparato de pesquisa pública montada no Brasil nas últimas décadas. O peso desse compromisso é maior quando se considera que

estamos num país com sérias questões nos campos das desigualdades social e econômica. Infelizmente é notório que o Brasil não possui Política de Estado voltada para a Ciência ou tendo-a como fator primordial dos componentes de uma Política de Estado. Seria convergente, nessa proposta, que as instituições como Universidades e Institutos Federais, Universidades Estaduais, órgãos de fomento (Fundações estaduais), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), entre outros, precisariam ter como objetivo em comum a formulação de ações para reduzir as distâncias regionais em suas diversas dimensões. Além de não existir Política de Estado para a Ciência, a indicação que os organismos públicos devam ser a bússola para esse direcionamento surge pelo simples fato que as empresas privadas brasileiras resistem em financiar pesquisas científicas de base/pura/fundamental e/ou experimentais, exceto por algumas exceções, mas que enveredam pelo financiamento de pesquisas aplicadas, a procura somente de lucro e patentes. Observando os dados da produção científica no Brasil, deduz-se que a ciência brasileira ainda está longe de ser vetor principal de resolução dos graves problemas estruturais do Brasil. Há a percepção de distanciamento das demandas sociais e de não levar em consideração a questão da territorialidade. Ou seja, parte das pesquisas são embasadas em agendas que refletem um distanciamento, em função de diversos fatores, sendo alguns deles muito importantes: concentração de infraestrutura e recursos em determinadas regiões do país; hegemonia de instituições, grupos e atores científicos. Nesse campo de disputa, as instituições menores, situadas em regiões com parca infraestrutura e com dificuldades de acesso ao fomento público para a pesquisa, encontram barreiras para consolidar-se como polos regionais direcionadores de propostas de políticas públicas, por exemplo. Apesar de ter melhorado muito, com o aumento da qualificação dos docentes/pesquisadores (capital social), as instituições universitárias na região Norte do Brasil enfrentam muitas dificuldades para terem as mesmas condições estruturais e de acesso ao fomento, cenário usufruído por outras instituições do país situadas no Sul e Sudeste, que possuem posição consolidada no cenário científico brasileiro. A Região Norte possui, atualmente, 10 universidades federais contando com 61 *campi*. Nos últimos 10 anos, houve um crescimento de 37 *campi*. Segundo a Carta de Rio Branco, em 2016, "são 2 por cento dos docentes das IFES são doutores ou pós-doutores, 37,5 por cento mestres - o que corresponde a 3.236 professores -, 7,5 por cento são especialistas e os demais graduados" (KINPARA et al., 2016).

Distâncias em suas diversas dimensões

Faltam estudos sistematizados por parte de pesquisadores (não de dados oficiais de órgãos de ensino e pesquisa governamentais) com o objetivo de obter uma visão holística sobre o estado atual pós-graduação *Stricto Sensu* no Norte do País. Muitos trabalhos (*papers*) produzidos, para exemplificar as distâncias enfrentadas em instituições de ensino superior públicas federais que estão sediadas na região Norte do Brasil, versam sobre o diagnóstico de um determinado curso de pós-graduação ou área de atuação. Portanto, esses estudos estruturam uma visão importante, mas de forma particular, sendo que os escopos metodológicos de pesquisa não conseguem ser derivados para o entendimento do funcionamento de todo ecossistema da pós-graduação *stricto-sensu* brasileiro. Pode-se verificar essa tendência analisando a listagem de trabalhos, inserindo as palavras-chaves "Pós-graduação+norte" no sistema *Publish or Perish*, que possui sistema de busca para vasculhar a base de dados Google Scholar. O sistema revela a série de *papers* com esse escopo de pesquisa (Disponível em <<https://harzing.com/resources/publish-or-perish>> Acessado em 06.02.2020). Entre as exceções, encontra-se o estudo "A evolução do ensino da pós-graduação *sensu* estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa" Cirani2015. Nele os pesquisadores analisaram a evolução do ensino da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (doutorado, mestrado e mestrado profissional). Para tanto, foi utilizada a base de dados GeoCAPES (Disponível em <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>> Acessado em 06.02.2020), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa que abrangeu a análise no período de 1998 a 2011. Nas suas conclusões, os cientistas afirmam que encontraram duas marcantes características, destacando-as como: a desigualdade na distribuição regional dos programas, com a forte concentração nas regiões mais ricas do país ainda forte, mas sendo ligeiramente reduzida no período, e o grande crescimento de cursos criados pelo setor privado.

A experiência brasileira de geração de conhecimento na pós-graduação *sensu* estrito nos últimos dez anos é uma das realizações relativamente bem-sucedidas no conjunto do sistema de ensino existente, pois vem formando cursos e profissionais em praticamente todos os setores do conhecimento e regiões do país. No entanto, existem poucas análises e estudos sobre quanto, onde e quando o ensino da pós-graduação *sensu* estrito vem crescendo ao longo do tempo, tanto no âmbito nacional como regional, por categoria administrativa (pública ou privada) do Instituto de Ensino Superior (IES) (CIRANI et al., 2015).

Assim, o Brasil tem avançado na expansão dos cursos de Pós-graduação, inclusive inserindo a modalidade de Mestrado/Doutorado Profissional. A Pós-Graduação no país, em 1998, possuía 1.256 Programas e em 2016, passou para 4.177 programas, conforme dados do portal GeoCapes. Entretanto, há grande desigualdade e concentração entre as regiões mais ricas do país e as regiões em desenvolvimento nesse campo.

Papel da ciência produzida do Norte

É expressiva a expansão da produção de trabalhos científicos brasileiros publicados, mas o impacto em citações, apesar de também estar aumentando, ainda é menor do que a média mundial. Ou seja, menor em relação aos países com mais tradição em pesquisa científica do que o Brasil. O Relatório *Research in Brazil Cross2017*, produzido pela *Clarivate Analytics*, para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apresenta elementos que revelam a melhora de desempenho da pesquisa brasileira entre os anos de 2011 e 2016. Utilizando o método da bibliometria para analisar documentos de pesquisa brasileiros publicados, os analistas de dados da empresa demonstram que a pesquisa brasileira é o 13o maior como produtora de publicações de pesquisa (*papers*) em comparação à produção mundial. Entretanto, apesar de um pequeno aumento, o impacto da citação do Brasil é historicamente abaixo da média mundial. No nosso entendimento, uma das alternativas para obter o aumento do impacto e da relevância das pesquisas científicas produzidas no Brasil é fortalecer a estrutura de pesquisa realizada pelos estados no norte do Brasil. Temas como Meio Ambiente (Amazônia), Fronteiras (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa), Sustentabilidade e Energia renovável (hídrica e eólica), entre outros, são estratégicos para o Brasil e para o Mundo. O fortalecimento dessas áreas de pesquisa, com os governos federal (CNPq, Capes, Finep) e estadual (Fundações de Apoio à Pesquisa) fomentando instituições de ensino e pesquisa científica da região norte, levaria a ciência brasileira em destaque mundial. Para o pesquisador Arlindo Jr (JR, 2015), a ciência e tecnologia devem ser voltadas para o desenvolvimento integral sustentável e não apenas se preocupar com o econômico, considerando o papel do território, as suas potencialidades, enquanto territorialidade (capital social e natural). A produção de conhecimento sobre as áreas listadas acima, por pesquisadores que vivenciam esses tópicos na realidade regional, é de importância crucial para o desenvolvimento, por exemplo, de Políticas Públicas urgentes nessa região do país. Ou seja, uma boa parte do fomento deve ir para os pesquisadores que vivem nas regiões onde a pesquisa acontece.

As Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (BOURGUIGNON; BARBOSA, 2017).

Ao serem mapeadas as teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, no período entre 2000 e 2017, com o tema "Políticas Públicas", as quais possuem conexão direta com o que estamos salientando, observa-se que estas produções acadêmicas ocorreram exclusivamente em universidades, sendo 74,1 por cento nas públicas e nas privadas 25,9 por cento. Já a distribuição regional mostra a predominância das regiões sul e sudeste do país, havendo destaque para os estados do Rio Grande do Sul, com diversas universidades representadas conquanto a proeminência da UFRGS, e do Rio de Janeiro, onde é notável a UERJ (LIMA; SOUZA; LUCE, 2018). Em síntese, constatamos a concentração de pesquisa, sobre um tema importante para o desenvolvimento do Brasil, nas instituições fora da região do Norte do Brasil.

A Carta de Rio Branco

Várias ações de dirigentes de Instituições de Ensino Superior públicas, sediadas no Norte do Brasil, foram realizadas ao longo dos últimos anos, tendo como objetivo equalizar o distanciamento no que tange à infraestrutura, fomento à pesquisa e capital social, comparando os programas de Pós-graduação do Norte do Brasil e de outras regiões mais ricas economicamente. Também se discutiu a concentração de programas de Pós- graduação e ações nessas regiões. Um desses encontros, que esta documentado e texto acessível (KINPARA et al., 2016), ocorreu no dia 25 de agosto 2016, quando foi realizado o VI Fórum de Reitores da Região Norte, tendo como sede o campus da Universidade Federal do Acre (Ufac). Dele, participaram os, então, reitores e reitoras Minoru Kinpara (UFAC), Raimunda N. Monteiro (UFOPA), Márcia P. Mendes Silva (UFAM), Horácio Schneider (UFPA), Suelo Numazawa (UFRA), Isabel Auler (UFT), Jefferson Fernandes (UFRR), Eliane Superti (UNIFAP), Carlos Renato L. Francês (UNIFESSPA) Ari Miguel Teixeira Ott (UNIR), além da presença da sra. Dulce Tristão, representando o Secretário da Educação Superior e do prof. Adalberto Grassi, Diretor de Programas e Bolsas no país da Capes. Nesse evento, os dirigentes debateram temáticas que envolviam a consolidação das IFES da Região. A discussão gerou um dos poucos documentos

públicos disponíveis sobre a situação das IFES do Norte do Brasil e suas demandas para as políticas de pós-graduação dos órgãos governamentais. O principal documento elaborado no Fórum foi a "Carta de Rio Branco"(KINPARA et al., 2016), contendo as proposições discutidas no encontro e que seriam levadas ao Ministério da Educação, objetivando a consolidação dos programas de pós-graduação como fator de desenvolvimento da região Norte, seja na formação e fixação de doutores dentro da região Amazônica, como o fomento à pesquisa por intermédio de editais específicos. Essas ações, segundo os proponentes, também serviriam para a melhora dos indicadores da graduação oferecida pelas IFES da região Norte. Na carta, os reitores ressaltam que as IFES, a partir de 2013, têm vivenciado grandes desafios face às condições sociais, econômicas e políticas da conjuntura nacional. Por estarem em uma região, que historicamente, tem enfrentado problemas de desigualdades sociais e econômicas, mas mesmo assim, implantou políticas afirmativas e criou novos campi e cursos. Também se confrontou com os altos custos derivados do modelo multicampi, devido às longas distâncias e dificuldades de deslocamentos, limitação e/ou ausência de acesso à conexão de internet de qualidade, o alto custo para participação em eventos e realização de parcerias nacionais e internacionais. Esses são alguns dos fatores que demandam a implantação de políticas e ações específicas para a região norte. Por isso a carta diz que (KINPARA et al., 2016).

É imperativo que as IFES da região Norte sejam analisadas a partir de dados relativos ao percentual de doutores e de programas de pós-graduação, em relação a outras regiões do país. É premente que elas sejam atendidas de forma diferenciada por meio de programas e ações com forte ingrediente regional visando, sobretudo, manter a pesquisa e pós-graduação na região e a diminuição da assimetria abissal historicamente construída no Brasil. (KINPARA et al., 2016, p.12)

No documento, outro ponto ressaltado, de extrema importância para o entendimento dos órgãos reguladores e de fomento da pós-graduação do Brasil, é o que tange os critérios de aprovação de Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN), programa coordenado pela CAPES, que possui critérios claramente definidos pela Manual da APCN da Capes e Portaria Capes no32(SUPERIOR, 2019). Na Carta de Rio Branco é solicitada a revisão dos critérios explicitados nos editais da CAPES para proposição de novos APCNs pelos Comitês de Assessoramento das diferentes áreas de conhecimento.

Trata-se de um conjunto de critérios inatingíveis por IFES recém-criadas e/ou em consolidação e que, em sentido prático, torna-se um forte

elemento de evasão de doutores, que acabam por migrar das regiões periféricas (em matéria de produção científica) em direção aos centros de excelência já consolidados – fato que dilata ainda mais o hiato e as assimetrias entre a região Norte e as regiões cientificamente consolidadas. Critérios como docentes já com experiência em orientações concluídas de mestrado e doutorado ou percentuais de bolsistas de produtividade em submissões de propostas a novos APCNs não contribuem com a expansão da pós-graduação no país e se tornam critérios de cerceamento às IFES da região Norte (KINPARA et al, 2016, p.3)

Os missivistas apontam a necessidade premente, para o fortalecimento consistente dos programas de pós-graduação stricto-sensu, da priorização de formação de recursos humanos na região. Prega também a necessidade absoluta de ampliação do número de servidores, pois "há que se ter a devida correspondência na expansão de infraestrutura predial e laboratorial, para que as ações de ensino, pesquisa e extensão se efetivem. Entretanto, muitas obras encontram-se paralisadas, o que inviabiliza a implantação dos cursos iniciados a partir de 2014 e impossibilita a oferta de tais cursos, nos anos vindouros"(KINPARA et al., 2016).

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, os programas de Pós-graduação stricto sensu, na região norte eram 93, em 2006, e passaram para 185 em 2014 (JR, 2015). Essa curva acentuada de credenciamento, com o crescimento de 99 por cento, se fez necessária devido à discrepância da região com outras regiões no Brasil. E de forma comparativa, ao analisar o crescimento da região Sudeste, onde se concentra o maior número de programas de pós-graduação, foram de 1181, em 2006, para 1689, em 2014, representando o aumento de 43 por cento. A média nacional de crescimento entre 2006 e 2014, englobando as cinco regiões do país, foi de 62 por cento

Universidade Federal do Amapá: consolidando a pós-graduação

A Universidade Federal do Amapá foi instituída há 30 anos. Segundo o website da Universidade, a Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) iniciou suas atividades em 1970, como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA). Ao longo desses 30 anos, a UFPA tem sido uma parceira da Unifap na consolidação de programas de Pós-graduação e de pesquisas. Em relatório de gestão produzido em 2018, referente ao período de 2014 a 2018, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Amapá constata que a produção científica dos docentes da instituição era tímida. Também menciona que não houve política de incentivo para aumentar o número das pesquisas (UNIFAP, 2018). Outra questão relatada no documento é a necessidade da "readequação de docentes que estão presentes em

mais de um PPG [(Programa de Pós-graduação) de forma a garantir um número mínimo de docentes exclusivos nos programas de acordo com recomendações das áreas"(UNIFAP, 2018).

Figura 1

APCN SUBMETIDOS EM 2017-2018		
PPG EM LETRAS	M	UNIFAP
PPG EM DIREITO	M	UNIFAP
PPG EM GEOGRAFIA	M	UNIFAP
PPG EM HISTORIA	M	UNIFAP
PPG EM COMUNICAÇÃO	MPROF	UNIFAP
PPG EM TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO	MPROF – EM REDE	NACIONAL
PPG EM EDUCAÇÃO	DR- ASSOCIAÇÃO	REGIONAL
PPG EM ENGENHARIA DE ENERGIA, COMPUTAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES – ENG-AMAZ	DR- ASSOCIAÇÃO	REGIONAL
PPG EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS	DR- ASSOCIAÇÃO	REGIONAL
PPG EM SAÚDE COLETIVA	DR- ASSOCIAÇÃO	REGIONAL

Fonte: Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Amapá (2019)

Outra universidade pública importante no Estado do Amapá é a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), que não possui, ainda, cursos de pós-graduação na modalidade stricto sensu. No portal da Universidade são listados três cursos de especialização: Metodologia de Ensino de Línguas e Literaturas Estrangeiras; Especialização em Gestão Pública; Especialização em Gestão Escolar (Disponível em <<http://www.unifap.br>> Acessado em 06.02.2020).

APCN Mestrado Profissional em Comunicação Social

Em 2018, a Universidade Federal do Amapá enviou para análise da proposta, pela área de Comunicação e Informação, do Programa de Pós-graduação stricto-sensu "Mestrado Profissional em Comunicação Social". No início do documento, no item "Contextualização Institucional e Regional da Proposta", a proponente profa. dra. Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, do curso de Jornalismo da Unifap - o único curso de graduação na área de Comunicação Social da universidade, descreve a realidade socio-econômica da Região Norte e os indicadores das desigualdades. Na contextualização, a proposta cita o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que informa que a média de progresso social da região é 15 por cento menor das demais regiões do Brasil, sendo esse dado de 2016.

Avança, mostrando que o relatório ainda sinaliza que o Índice de Progresso Social (IPS) na Amazônia legal é de 57,31 por cento, enquanto a média nacional chega a 67,37 por cento. Debulhando os dados, a pesquisa "aponta como os maiores problemas da região: deficiência na distribuição de água potável, saneamento básico, baixo índice de escolaridade, falta de acesso à educação superior e a direitos individuais e humanos

básicos, incluindo violência contra os indígenas e aqueles oriundos da luta pela posse da terra". Além das questões ligadas à frágil infraestrutura e violação de direitos humanos, a proposta também menciona que a Região Amazônica responde por cerca de 10 por cento da economia nacional, mas recebe menos de 5 por cento dos investimentos em Ciência e Tecnologia, "ressaltando-se que tal região tem as maiores riquezas naturais do planeta, com o registro da maior biodiversidade, maior bacia hidrográfica, maior província mineral, mas acolhe a menor quantidade de doutores do País e de Programas de Pós-Graduação stricto sensu, bem como o menor número de discentes e de bolsas de estudo". A partir dessa introdução, a proponente aponta para a importância da submissão em função do contexto vivido na região:

É nesse contexto que se pode demonstrar a importância desta proposta de Pós-Graduação, nível mestrado profissional em Comunicação Social, na intenção de quebrar este ciclo contraditório, recorrentemente retratado, em que os indicadores de investimento, o número de cursos de mestrado e de doutorado e o quadro de recursos humanos qualificados são incompatíveis com a dimensão territorial, com a população e com a participação na economia brasileira (ARANTES, 2018).

Base: curso de Jornalismo

A proposta de Mestrado Profissional em Comunicação Social da Unifap teve como base o curso de Jornalismo implantado a partir de 2010, ano que foram iniciados os concursos público para contratação de professores, "sendo um marco histórico na região, uma vez que existia uma demanda reprimida que não conseguiu concretizar a formação em jornalismo na instituição privada ou fora do estado. Assim, em 2010 tomaram posse 6 professores, dos quais 1 doutor, 1 doutorando e 4 mestres"(ARANTES, 2018). A primeira turma de jornalismo ingressou em 2011 com um total de 50 alunos. Já em 2013, 6 novos professores tomaram posse, perfazendo o quadro de docentes do curso com 4 doutores, 3 doutorandos, 4 mestres e 1 especialista. Dois anos depois, em 2015, mais 2 novos professores ingressaram no curso. A matriz curricular de Jornalismo da UNIFAP foi consolidada a partir das Diretrizes Nacionais (Resolução CNE/CES 1/2013), publicada em 1o de outubro de 2013, sendo a nota 3 a nota do ENADE. Sobre o mercado de trabalho para jornalistas no Amapá, a proposta cita a Pesquisa Brasil Conectado (2013), onde Amapá possui um total de 38 veículos de comunicação, "das outorgas para radiodifusão sonora, 12 tinham finalidade comercial, 07 exclusivamente educativa e 18 eram destinadas à radiodifusão comunitária. Em relação às outorgas de TV, 5 tinham finalidade comercial e 2 finalidades educativa. As consignações de canais de retransmissão digital

de sinal televisivo totalizavam 17" (ARANTES, 2018). Mencionando o cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego, na época, constavam 323 jornalistas registrados, ressaltando que não era possível afirmar se todos os profissionais atuantes estão devidamente cadastrados. Situa também a forte presença de assessorias de imprensa em órgãos públicos federal, estadual e municipal, bem como de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Já delineando a importância da proposta de Mestrado, na modalidade profissional, a proponente informa que o mercado de mídia local e os espaços de atuação para jornalistas estão em processo de profissionalização, pois "a gestão de empresas de mídia, a possibilidade de novos negócios e a abertura de campos para atuação do profissional de jornalismo aptos a atender demanda por informação local envolvendo concepção, criação e implementação de projetos em jornalismo são campos a serem explorados e que, por isso, demandam perfil empreendedor apto a criar demanda por informação e supri-la com projetos" (ARANTES, 2018). O projeto reforça a percepção que o cenário do mercado profissional no Amapá é frágil, em estágio embrionário., portanto, incipiente. Nesse sentido, fomentar os crescimentos intelectual e profissional do ecossistema da comunicação no Estado, é o escopo central da propositura.

E tendo em vista que há 17 anos são formados profissionais da comunicação no estado do Amapá, há de se pensar em elevar o nível intelectual e técnico desses profissionais. E nesse sentido, a proposta de um mestrado profissional em Comunicação Social visa trazer para a sociedade uma melhor qualificação do profissional da comunicação. Assim, o curso de mestrado profissional em Comunicação Social tem por objetivos possibilitar aos discentes do programa a produção de conhecimento científico e técnico voltados ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional na área da Comunicação, bem como desenvolver pesquisas aprofundadas acerca de temáticas contemporâneas que englobam a área da comunicação e que permeiam as linhas de pesquisa do mestrado proposto. Também objetiva-se formar mestres capacitados a compreender a importância da comunicação em âmbito social, cultural, mercadológico e tecnológico. Nesse sentido, um curso de Mestrado Profissional em Comunicação Social só viria a agregar conhecimento técnico e científico, dando continuidade ao trabalho bem-sucedido realizado na graduação e potencializando os serviços realizados pelos profissionais da comunicação (ARANTES, 2018)

Assim, o envio da proposta à Capes foi com o objetivo ajudar, por intermédio do Mestrado Profissional, a "quebrar este ciclo contraditório". Ou seja, o baixo investimento em pesquisa, criação de cursos de mestrado e doutorado e dificuldade em formar ou atrair recursos humanos, em pesquisa, qualificados são "a dimensão territorial, com a população e com a participação na economia brasileira"(ARANTES, 2018). No projeto

consta o reconhecimento da fragilidade, no quesito experiência, do corpo de docente do programa proposto. É notória a dificuldade de atração, por universidades federais do Norte do Brasil, de recursos humanos com experiência. Menciona que a grande maioria dos professores do programa são jovens doutores. Mas ressalta que os mesmos já possuem a produção intelectual condizente com a proposta de abertura de mestrado profissional, portanto, de acordo com os critérios da área. Para reforçar o quadro, a proposta abrangeu docentes interdisciplinares. Para tanto, além dos docentes do curso de jornalismo, a propositura também contou com professores do curso de administração e de engenharia, "que lecionaram matérias específicas de suas áreas e que mantêm correlação com o campo da comunicação, conforme é possível ver nas ementas das disciplinas"(ARANTES, 2018). No que tange aos objetivos da proposta, os principais estão no campo do mundo do trabalho, pois apontam para "possibilitar aos discentes do programa a produção de conhecimento científico e técnico voltados ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional na área da Comunicação "e "capacitar os profissionais da comunicação a desenvolverem trabalhos mais dinâmicos, melhorando seu perfil profissional"(ARANTES, 2018). Mas também há preocupações com o avanço do campo da pesquisa em comunicação no Estado, portanto, se propondo "desenvolver pesquisas aprofundadas acerca de temáticas contemporâneas que englobam a área da comunicação e que permeiam as linhas de pesquisa do mestrado proposto", além de "formar mestres capacitados a compreender a importância da comunicação em âmbito social, regional, cultural, mercadológico e tecnológico" (ARANTES, 2018). Mesmo com inúmeros debates e ações sobre as fragilidades enfrentadas pelas universidades e centros de pesquisa baseados na região norte, em relação ao fomento à pesquisa e à infraestrutura encontradas em outras regiões do país, sem entrar nos méritos, a APCN não foi aprovada pelos pareceristas da área de Avaliação da Capes "Comunicação e Informação", elencando como os dois pontos negativados da proposta a questão da infraestrutura e da maturidade científica dos docentes.

Considerações Finais

O Brasil é um país de dimensão continental, possui ambiente complexo de desenvolvimento e com um histórico de possuir inúmeras desigualdades, sejam elas nas áreas de infraestrutura e/ou sociais. Este cenário não é favorável, em nada, para que o país avance em diversas áreas, principalmente, no campo da Ciência, a qual exige

planejamento, recursos para infraestrutura e formação de capital social (cientistas). E formar cientistas com capacidade de competir, em condições iguais com os pesquisadores de países possuidores de tradição em pesquisa científica, é uma tarefa árdua e que demora décadas para se consolidar. Além da necessidade de se fornecer estrutura para esses pesquisadores com o objetivo de executar projetos estratégicos de grande porte, sendo produzidos em todas as regiões do país. E é nesse ponto que o Brasil ainda patinha. O Brasil não tem uma Política de Estado para a Ciência brasileira. Essa falta reflete nas desigualdades enfrentadas por instituições de ensino e pesquisa na região norte do país, pois não possuem as mesmas condições estruturais e de acesso ao fomento do que as regiões sul e sudeste, como exemplo.

A região norte do Brasil tem um papel importante para o desenvolvimento de pesquisas nos campos do Meio Ambiente (Amazônia), Fronteiras (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa), Sustentabilidade e Energia renovável (hídrica e eólica), entre outros, quais são estratégicos para o Brasil e para o Mundo. Essas temáticas são de interesse global e podem colocar o Brasil na liderança científica nessas áreas. Em outra perspectiva, diversos campos do conhecimento humano necessitam para o desenvolvimento científico deles na região norte, de pesquisadores baseados neste espaço geográfico brasileiro. Entretanto, essa realidade está longe de ser modificada. Durante os últimos anos foram realizadas reuniões de dirigentes de Instituições de Ensino Superior públicas, sediadas no Norte do Brasil, com o objetivo de discutir o distanciamento no que tange à infraestrutura, fomento à pesquisa e capital social, relacionando com os programas de Pós-graduação de outras regiões mais ricas economicamente. Mesmo com dificuldades, esse centro de produção científica enfrenta problemas de desigualdades sociais e econômicas, mas mesmo assim, implantou políticas afirmativas e criou novos campi e cursos. Uma das áreas que necessita de apoio para a implantação de programas de Pós-graduação é a Comunicação Social. As dificuldades para submissão de APCNs, devido a questões que envolvem a formação de capital social (doutores com produção acadêmica alta) e infraestrutura (laboratórios altamente equipados), são uma realidade.

O Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá submeteu APCN, pela área de Comunicação e Informação, do Programa de Pós-graduação "Mestrado Profissional em Comunicação Social". No parecer dos avaliadores, como acontece com muitas propostas submetidas por universidades do norte do Brasil, a APCN não foi aprovada com os mesmos argumentos que envolvem os debates: deficiência na infraestrutura e da maturidade científica dos docentes. Não é possível fazer críticas aos

avaliadores, pois eles seguem o documento de área Comunicação e Informação, importante orientador para submissão da APCN, e nele consta como elementos principais para preenchimento: "Instalações de Ensino e Pesquisa", "Proposta do Curso", "Corpo Docente" e "Produção". É necessário ressaltar que todas as áreas possuem tal documento e entre eles existe grande grau de similaridade, pois são frutos de uma orientação norteadora da Diretoria de Avaliação (DAV) da Capes DAlmonte2019. Portanto, apesar de todo esforço, seja dos dirigentes e dos pesquisadores da região norte do Brasil, as desigualdades consolidadas de décadas continuam a afetar as avaliações de propostas para novos cursos de pós-graduação. A região necessita do entendimento por parte dos órgãos reguladores das peculiaridades da região em função da infraestrutura e formação de capital social.

Referências

- ARANTES, C. Dados da Proposta de Programa/Curso Novo Mestrado Profissional em Jornalismo da Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2018.
- BOURGUIGNON, J. A.; BARBOSA, M. T. Concepção de rede de proteção social em serviço social. II Congresso Internacional De Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Anais...Londrina: 2017
- CIRANI, C. B. S. et al. The evolution of stricto sensu post-graduate education in Brazil: exploratory analysis and research proposals. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 20, n. 1, p. 163–187, 2015.
- JR, A. P. Relevância Social e Econômica da Pesquisa e da Pós-GraduaçãoGoiânia, 2015.
- KINPARA, M. et al. Carta de Rio Branco. Disponível em:
<https://www.unifesspa.edu.br/index.php/noticias/1096-carta-de-rio-branco-reitores-do-norte-apresentam-carta-de-propostas-ao-mec> .
- LIMA, L. F.; SOUZA, B. DE S.; LUCE, M. B. A abordagem do ciclo de políticas nos Programas de Pós-Graduação brasileiros: um mapa das teses e dissertações. Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 3, n. 2018, p. 1–29, 2018.
- SUPERIOR, F. C. DE |APERFEIÇOAMENTO DE P. DE N. Portaria Capes no 32Diário Oficial da União, 2019.
- UNIFAP, P. DE P. E P. G. DA. Relatório de Gestão da Propespg/Unifap (2014 - 2018). Mac: [s.n.].

ABSTRACT:

This academic essay aims to raise points for the strategic importance of postgraduate courses in Social Communication in the state of Amapá (Brazil). The perceptions come from participant observation processes as a former teaching member of the Graduate Program in Environmental Sciences, belonging to the Graduate Program in Intellectual Property and Technology Transfer for Innovation, both operating at the Federal University of Amapá (Unifap). The reflection also starts from the experience in other graduate programs, these established in the Southeast region of the country, more riches, and better infrastructure. Therefore, although the essay is based on data and documents, the work is a personal reflection..

KEYWORDS: Post graduation; Communication; Amapa; Relevance.

Intelectual y Transferencia de Tecnología para la Innovación, ambos operando en la Universidad Federal de Amapá (Unifap) La reflexión también parte de la experiencia en otros programas de posgrado, estos establecidos en la región sureste del país. Por lo tanto, aunque el ensayo se basa en datos y documentos, el trabajo es una reflexión personal.

PALABRAS-CLAVES: Amazônia; CAPES; Comunicação; Avaliação.

RESUMEN:

Este ensayo tiene como objetivo plantear puntos sobre la importancia estratégica de los cursos de posgrado estrictos-sensu en Comunicación Social en el Estado de Amapá. Las percepciones provienen de procesos de observación participante como ex miembro docente del Programa de Posgrado en Ciencias Ambientales y perteneciente al Programa de Posgrado en Propiedad